

MINUTA ATA DE REUNIÃO

N.º ATA 04/23	DATA 01/07/23	HORÁRIO INÍCIO: 10h às 14h TÉRMINO: 14h	LOCAL: Escola Estadual de Santa Maria do Boiaçu
-------------------------	-------------------------	--	---

OBJETIVO DA REUNIÃO:

Instalar espaço de governança da política de REDD+ do Estado de Roraima e iniciar o processo de formação dos membros do GT Social de REDD+ por meio de suas Câmaras Temáticas.

Instituição da Câmara Temática Povos e Comunidades Tradicionais.**Assuntos Tratados:**

A reunião com moradores e representantes de organizações não governamentais da região do Baixo Rio Branco ocorreu de forma presencial. O objetivo foi discutir a política estadual de baixas emissões e instituir a Câmara Temática de Povos e Comunidades Tradicionais. A moderação deu-se no intuito de relatar a realização da Oficina que discutiu a Política Estadual de Baixas Emissões e a constituição das Câmaras Temáticas do Grupo de Trabalho Social de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação - REDD+, que aconteceu na Comunidade Tradicional Santa Maria do Boiaçu, no dia 01 de julho de 2023, com início às 10h. A metodologia de abordagem do tema na oficina se deu por meio de perguntas e respostas. Inicialmente a cerimonialista deu as boas-vindas, agradeceu a presença de todos e foi formada a mesa de honra para a abertura do evento. A mesa foi composta pelo Chefe da Casa Militar Coronel Ilmar Soares Costa; pelo Presidente da FEMARRH Glicério Fernandes; pelo comandante do CPI Tenente Coronel Overlan; pelo representante do IATER Volnei Parente; pelo presidente da Associação de Agricultura Familiar Alexander Barroso do Nascimento. Logo após foi dado como aberto o momento de fala para os membros da mesa, seguindo o protocolo de cerimonial. Cada membro destacou a importância do tema e relacionou com sua área de trabalho institucional. O presidente Glicério Fernandes lembrou os objetivos da reunião enfatizando a valorização das comunidades tradicionais para a vida futura da humanidade. Após a fala do presidente da FEMARRH, desfez-se a mesa de abertura do evento e os presentes foram convidados a assistirem o vídeo "Baixas emissões". Após assistirem ao vídeo foi realizada uma rodada de apresentações, cada pessoa dizia seu nome, a instituição que representava e o seu entendimento por baixas emissões. De maneira geral, observou-se na fala dos participantes que poucos compreendiam ou entendiam o processo de emissão de carbono na atmosfera, porém, reconhecem as consequências no seu cotidiano, especialmente a mudança da temperatura local e o nível dos rios. Também, foram observados anseios, angústias e denúncias nas vozes dos representantes das organizações presentes. Tais como: "somos esquecidos"; "quando as instituições precisam de nós, elas vêm, pegam o que querem e não voltam mais"; "as empresas do Amazonas estão entrando no baixo rio Branco, mas não deixam os ribeirinhos do baixo rio Branco entrar no rio Negro"; "sentimos necessidade de programas que ajudem a gente a progredir"; "vemos que o turismo pode ajudar, mas nem todo mundo está de acordo que o turismo aconteça"; "estamos dispostos a ajudar o que vem de bom para a comunidade"; "é muito bom ver as instituições aqui para fazer a nossa região ir para frente e melhorar a nossa vida"; "eu já me senti um predador da natureza e hoje já vejo que posso trabalhar sem degradar"; "trabalho com o turismo há muito tempo e vejo que o turismo pode ser a área que pode trazer dinheiro para a comunidade sem degradar";

“nós, os moradores antigo daqui, não somos chamados para planejar o desenvolvimento da nossa região, inclusive a questão desenvolvimentista”; “eu pergunto, que atividade é possível desenvolver na região sem degradar e ou buscar reduzir o desmatamento?”; “estou aqui para receber mais conhecimentos e aplicar esses conhecimentos recebidos”; “precisamos de muitos conhecimentos e muitas ações”; “eu estou aqui, esperando que o governo venha e me dê um lugar pra eu construir a minha casinha, que a terrinha que eu tinha foi invadida”; “os que conhecem as floresta somos nós e não nos chamam vão demarcar onde pode e onde não pode usar”; “o solo não é bom, mas a gente sobrevive dele aqui na nossa região”; “estamos a disposição do governo e das instituições para ajudar no que for necessário para que nosso desenvolvimento econômico se deslanche”; “nós queremos que as instituições nos escutem e continuem voltando aqui para continuar as ações que começaram aqui”; “tem pessoas que chegaram aqui há pouco tempo, mas querem estar aqui e viver aqui. Outro dia eu vim falar que temos que reflorestar, mas quais as árvores que temos que plantar para reflorestar e produzir? Indicaram o cacau, mas o cacau é demorado (4 anos) para começar a produzir! E qual a planta que podemos colocar nos entre meio que produza mais rápido? A banana com um ano podemos começar a receber um dinheiro com a venda e ir sobrevivendo até o cacau produzir”; “o turismo aqui acontece somente durante 4 meses, aí é suficiente pra gente viver o resto do ano? Temos que ver se o que vamos colocar aqui, se vai durar e se não demora pra gente começar a receber de volta”.

Percebe-se nas falas dos residentes do Baixo Rio Branco que eles têm consciência de seu valor, porém, vários moradores da localidade demonstraram angústia quanto ao desenvolvimento da região, especialmente, nas questões de uso do solo. Percebe-se que há conflitos de uso e produção do espaço, tendo em vista que em alguns momentos não tem a liberdade de ir e vir no curso do rio Branco. Além disso, uma moradora trouxe a questão da invasão de terras. Foi observado que demonstram curiosidade em saber o que é REDD+. Acreditam no desenvolvimento sustentável da região, mas com a participação dos moradores, pois querem viver com qualidade de vida, não só sobreviver, mas, também, produzir e viver da sua produção. Destacaram a importância da presença das instituições na oficina e sugeriram a criação de Políticas Públicas de baixas emissões, desde capacitação para que compreendam do que se trata, até entender o mecanismo de retorno de forma econômica e promovendo a qualidade de vida dos residentes da região. Na oficina com a Câmara Temática com Povos e Comunidades Tradicionais, foram tratados os seguintes temas: “(1) O que são mudanças climáticas e por que elas estão acontecendo?” Nesse tópico foi abordado detalhadamente os aspectos locais e globais das mudanças climáticas com foco nos impactos locais, na mudança do padrão de produção, na qualidade de vida dos atores diversos e ressaltado os motores das mudanças climáticas com foco nos principais emissores. Quais os fatores que influenciam no aumento do efeito estufa e alterações climáticas? Como as alterações do clima na terra têm gerado impactos negativos para as populações e comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares? A temática foi apresentada por Raissa Guerra do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e, logo após, iniciaram as discussões com os presentes. Foi aberto para que fizessem perguntas para que pudessem dirimir as dúvidas por meio das explicações da palestrante ou de outros especialistas que estiveram presentes durante a realização da oficina. Perguntas surgidas da comunidade: a) Desde o governo Lula vem sendo falado sobre recurso que o governo manda para estas questões do desenvolvimento de comunidades mais isoladas, porém onde estão estes recursos? Como estão sendo distribuídos e usados? O que a FEMARRH recebeu e onde está sendo aplicado? b) O que o Brasil está fazendo para reduzir o aquecimento global? Só o Brasil/ Amazônia brasileira está sendo alvo de reflorestamento? Estão reflorestando os outros países, também? c) Estamos no caminho? Devemos continuar com nossas práticas para receber os recursos? d) Entre o desmatamento mecanizado e as

queimadas, qual é mais problemático? Todas as perguntas foram respondidas e comentadas pelos palestrantes Raissa Guerra ou Stoney Pinto ou por algum representante de instituição relacionada presente na reunião. Logo após a conclusão da palestra anterior, iniciou a palestra com Stoney do Nascimento Pinto, da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) trouxe, para dar continuidade a discussão, segunda pergunta motivadora da temática: “(2) Qual o Papel dos Países e das Comunidades no Enfrentamento das Mudanças Climáticas?”, neste tópico foi abordado (a) um breve histórico das discussões sobre clima a nível internacional, a criação do mecanismo REDD+ nas COPs e o histórico do Estado de Roraima na agenda do clima. (b) como a manutenção das florestas contribuem para amenizar o aumento da temperatura do globo terrestre por meio da manutenção e fixação de carbono, apresentando exemplos de Programas Jurisdicionais de REDD+. (c) como diversos atores podem contribuir para o enfrentamento das mudanças climáticas. Foi explicado pelo palestrante como as florestas contribuem para regular o clima e manter a temperatura na Terra. Além disso, o palestrante esclareceu como os diversos atores contribuem para a manutenção das florestas por meio de sua conservação e manejo dos recursos naturais. Com as considerações realizadas pelo palestrante anterior, deu-se início a palestra de Luana Tabaldi, da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima. A palestrante deu continuidade ao tema apresentando e discutindo as situações locais. A pergunta motivadora foi: (3) O que é a Política Estadual de Redução do Desmatamento e qual O Papel da FEMARH?”, nesse tópico foi abordado, especialmente, o que é o PPCDQ e o Decreto de REDD+. Para este momento foi trazido os esclarecimentos sobre o que é e quais as metas do PPCDQ; o que é o Decreto REDD+ e o papel a ser desempenhado no Janela B; Qual o papel da FEMARH nestas políticas públicas; o que um sistema jurisdicional de REDD+ e qual sua estrutura. Com explicações realizadas surgiram vários questionamentos e dúvidas vindas da comunidade presente na oficina, tais como: *“precisamos do auxílio da FEMARH para solucionar algumas questões específicas da nossa região, por exemplo, sou agricultor, posseiro, não podemos apresentar uma proposta para financiar algo em nenhum banco, pois o banco exige o documento de posse para financiar”*; *“Sabemos que a FEMARH não está aqui por causa de nós, mas sim por causa da RDS, mas ela pode ajudar a resolver algumas coisas”*; *“queremos uma solução, quando se fala de extrativismo, sabemos que dá uma vez por ano, o turismo é por temporada, tem a ideia da granja... o governo precisa trazer proposta que clareie para nós”*; *“torço que a agricultura se desenvolva e penso que isto pode acontecer com a união da comunidade, unidos podemos ter ajuda com mais facilidade”*; *“trabalho com turismo há muito tempo, vejo que o turismo não polui, contribui financeiramente com a comunidade, pois tudo está conectado ao fundo comunitário (que são as doações dos empresários), então, como usar estas áreas para o turismo? A RDS é muito limitada. Precisamos do apoio do FEMARH e de outros órgãos para trabalhar com o turismo aqui”*; *“as instituições precisam entender que quando vêm fazer qualquer coisa aqui, tem que conversar com os moradores. Os governos têm que fazer Políticas Públicas para nos ajudar”*; É possível observar nas vozes dos ribeirinhos a angústia por não conseguirem progredir, expressam, principalmente, as questões da documentação da terra. Buscam segurança para chegar ao banco e fazer um financiamento. Nas palavras de um morador *“nós não temos direito a nada, não valemos nada...”* *“não podemos vender nem o benefício (se referindo a produção) e que se não tiver um verão bom não conseguem”*. É notório que os moradores se sentem isolados e sem perspectiva de êxito, contam com a ajuda do governo e das instituições para resolver situações primárias e até de sobrevivência. Queixam-se da falta de estrutura para produzir e escoar a produção. Esperam que o governo e as instituições tragam alternativas que possam melhorar a qualidade de vida dos moradores. Diante do exposto, lista-se as perguntas e as sugestões deixadas pelas pessoas presentes na oficina: *“O que o Brasil está fazendo para reduzir o aquecimento*

global? Os outros países também estão reflorestando? Quais as árvores que podemos plantar para reflorestar? Como usar as nossas áreas para o turismo? Quais práticas devemos continuar fazendo para receber os recursos? Entre o desmatamento e a queimada, qual é o mais poluente? Como o governo pode apoiar o turismo na comunidade? Como resolver o acesso ao seguro defeso?” e foram registradas as seguintes sugestões: “Valorizar a opinião dos antigos moradores da região; A Associação dos pescadores precisa responder ao problema de dificuldade de acesso ao seguro defeso; O turismo é importante para Santa Maria do Boiaçu, pois alimenta um fundo financeiro comunitário; Santa Maria precisa do apoio da FEMARH e de outros órgãos para o desenvolvimento do turismo na região; O governo tem que fazer políticas públicas para a região”. Os facilitadores Raissa Guerra e Stoney do Nascimento Pinto, organizados neste espaço de dúvidas, aproveitaram para esclarecer aos participantes sobre a política de baixas emissões; o que é um sistema jurisdicional de REDD+ e qual a sua estrutura; o que são qual o papel dos espaços de governança da política de REDD+?, além de facilitar o entendimento dos oficinairos sobre o que é governança no REDD+, o papel dos espaços de governança e conduziram o processo de indicação dos membros da câmara temática. Foram eleitos para essa Câmara Temática Povos e Comunidades Tradicionais de Roraima as seguintes organizações: Associação Agricultura Familiar Boiaçu (Titular), Associação Santa Maria do Boiaçu Velha (Suplente), Associação Terra Preta (Titular), Associação Lago Grande (Suplente), Associação de Moradores de Caicubi (Titular), Associação de Pescadores e Agricultores de Caicubi (Suplente), Associação de Moradores de Canauani (Titular) e Associação dos Moradores de Santa Maria do Boiaçu (Suplente). Às 15h a mestre de cerimônia agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. E para constar eu Leila Marcia Ghedin lavrei a presente ata que depois de lida será aprovada e assinada pelas autoridades competentes.

PRÓXIMOS PASSOS/AÇÕES/PENDÊNCIAS	RESPONSÁVEL (IS)	PRAZO(S)
Organização do Fórum e novas Oficinas	FEMARH	Segunda quinzena de Agosto/2023 ou Primeira quinzena de Setembro/2023
Oficializar as organizações escolhidas para a Câmara para indicação dos titulares e suplentes	FEMARH	Agosto/2023
Elaborar plano de trabalho da Câmara	Membros da CT	Setembro/2023
Encaminhar relatórios e atas as Secretarias do Governo para atender as demandas pontuadas pelas Organizações	FEMARH	Agosto/2023

Assinaturas:

Técnico

Técnico

FEMARH

MEMORIAL DE FOTOS



Figura 1: Mesa de Abertura.



Figura 2: Momento de Apresentação.



Figura 3: Apresentação da Luana Tabaldi, Coordenadora da Política na FEMARH.



Figura 4: Apresentação da Pesquisadora do IPAM, Raissa Guerra.



Figura 5: Registro da Oficina para Povos e Comunidades Tradicionais - Baixo Rio Branco.



Figura 6: Registro com os participantes da CT Povos e Comunidades Tradicionais.